



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer nº 41/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA/2020

PROCESSO Nº 1370.01.0010953/2020-04

<b>Parecer Único de Licenciamento Simplificado Processo SLA 861/2020</b>			
<b>Nº Documento do Parecer Único Vinculo ao SEI: 12996487/2020</b>			
<b>Processo SLA 861/2020</b>		<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento	
<b>EMPREENDEDOR:</b>	Edson Antônio Soares	<b>CPF:</b> 287.871.886-00	
<b>EMPREENDIMENTO:</b>	Fazenda Fuldas, matrícula 2.242	<b>CNPJ:</b>	-----
<b>MUNICÍPIO:</b>	Carmo do Paranaíba / MG	<b>ZONA:</b>	Rural
<b>COORDENADA GEOGRÁFICA:</b> 18° 44' 38.220" S / 45° 56' 29.780" W			
<b>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</b> Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECav-ICMBio			
<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):</b>	<b>CLASSE</b>	<b>CRITÉRIO LOCACIONAL</b>
A-02-10-0	Lavra em Aluvião, Exceto Areia e Cascalho	2	1
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b>		<b>REGISTRO:</b>	
Juarez Rodrigues Siqueira Filho (engenheiro ambiental)		ART 14201900000005502137 CTF 7237350	
<b>AUTORIA DO PARECER</b>		<b>MATRÍCULA</b>	
Mariane Mendes Macedo		1.325.259-8	

Gestora Ambiental	
De acordo:	
Rodrigo Angelis Alvarez	1.191.774-7
Diretor Regional de Regularização Ambiental	



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 01/04/2020, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariane Mendes Macedo, Servidor(a) Público(a)**, em 01/04/2020, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **12997252** e o código CRC **1D3EC703**.

Referência: Processo nº 1370.01.0010953/2020-04

SEI nº 12997252



**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 12996487/2020**

O empreendimento Fazenda Fuldás, matrícula 2242, atua no ramo das atividades minerárias, no município de Carmo do Paranaíba/MG. Em 05/03/2020 foi formalizado o processo SLA 861/2020 de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS), via Relatório Ambiental Simplificado (RAS), número de solicitação 2020.02.01.003.0001460. No dia 20/03/2020 solicitou-se informações complementares, que foram atendidas em 31/03/2020. A área do empreendimento é objeto de “Contrato de Arrendamento Rural”, sendo o “Arrendador” Vicente Nestor da Silva, e de outro lado, denominado arrendatário, Edson Antônio Soares.

A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento é “Lavra em Aluvião, Exceto Areia e Cascalho”, com extração de diamantes, para uma produção bruta de 12.000 t/ano, localizada nas coordenadas geográficas 18° 44' 38.220" S 45° 56' 29.780" W, com área total correspondente à 6,8225 ha, com a presença de remanescente de formações vegetais nativas de Cerrado e de curso d'água. Apresentaram-se o CAR – Cadastro Ambiental Rural da fazenda, com número de registro: MG-3114303-6356.497A.C2A0.4E11.A03B.9835.5972.081D, com manifestação à adesão ao PRA – Programa de Regularização Ambiental, onde consta especificado uma área de reserva de 1,362 ha, não inferior a 20% do imóvel.

O empreendimento localiza-se em uma área de transição de grupos geológicos, principalmente por ter áreas bastante planas interrompidas por médios declives, sempre próximos aos cursos d'água. Nas áreas de relevo suave ondulado, a denominada “Chapada”, encontra-se o Grupo Bauru - Formação Marília: Arenitos, Conglomerados, Arenitos Calcíferos e Calcários. Já nas áreas declivosas, a geologia encontrada é a do Grupo São Bento – Formação Serra Geral: Basaltos e Diabásios.

Os solos encontrados no empreendimento e em seu entorno, são classificados como Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico; Latossolo Vermelho Distrófico e Cambissolo Háplico. A instalação desse empreendimento ocorrerá em áreas já antropizadas, por isso dispensará a expansão e novas intervenções.

O empreendimento possui “Localização prevista em área de muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio”, por isso apresentou-se o “Estudo referente a critério locacional (cavidades)” da área da Fazenda Fuldás, elaborado por André de Deus Vieira, engenheiro agrônomo, ART 1420200000005837553.

Este estudo foi realizado a partir de análise de dados cartográficos oficiais como CANIE/Cecav, Cadastro Nacional de Cavernas/SBE, CODEX/Redespeleo, IDE-Sisema, para verificar a existência de cavidades já identificadas. Posteriormente foi realizado o caminhamento em 2,860 Km na área e no entorno do empreendimento, após planejamento e análise minuciosa dos dados cartográficos e



### **Continuação do Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 12996487/2020**

geológicos. Quanto aos aspectos geológicos verificaram-se que as rochas são representadas pela unidade geológico do Grupo Bambui, Subgrupo Paraopeba Indiviso, com predomínio de metacalcários, com intercalações subordinadas de metassedimentos siltico-argilosos e arenosos. Verificaram-se que o solo é intemperizado, sem afloramentos, bem drenado e com relevo plano, e em seu entorno com variação de suave a ondulado. Durante o levantamento na propriedade constataram-se a inexistência de cavidades dentro da propriedade e em seu entorno, num raio de 250 m. Também verificaram que a fisiografia colabora para um potencial mais baixo, sendo que as imagens de satélite analisadas não apresentam afloramento de expressão

A atividade de lavra compreenderá a produção mineral a partir da rocha matriz Kimberlito, sendo a substância mineral o cascalho diamantífero, com adoção de método mecânico, com lavra a céu aberto e disposição em pilha de estéril e o beneficiamento ocorrerá por classificação, e o armazenamento do minério será realizado ao ar livre. Para o funcionamento do empreendimento serão utilizados caminhões, escavadeira, trator e pá carregadeira. Para realizar a separação do cascalho comum do cascalho diamantífero será utilizado um sistema de peneiras com diferentes granulometrias. Após essa separação do minério (cascalho diamantífero) de outros materiais (cascalho comum, galhos, terra e etc.), estes serão armazenados em um bota fora para posteriormente serem utilizados na compactação das estradas (apenas o cascalho), e ao fim da atividade de extração de mineral, servirão para a reabilitação da área minerada.

O sistema de drenagem da pilha de estéril, das áreas de apoio, da área de lavra ocorrerá a partir de escoamento superficial, que serão direcionados à uma bacia de contenção. A água pluvial será armazenada durante o período chuvoso, e após a decantação será utilizada nas demandas hídricas da atividade. Como medida complementar e estabelecer uma reserva hídrica, o empreendimento possui uma Certidão de Uso Insignificante (nº 132455/2020), cuja finalidade é extração minerária, consumo humano e dessedentação animal.

Os resíduos sólidos, conforme informado no RAS serão armazenados separadamente em tambores. Os orgânicos serão compostados e usados como adubo; os não-recicláveis serão destinados à coleta municipal; os recicláveis serão destinados às cooperativas e/ou ponto de recebimento municipal; e os oleosos serão levados para a oficina prestadora de serviços de manutenção, que serão destinados juntamente com os outros resíduos oleosos da própria oficina.

Os efluentes atmosféricos terão origem no tráfego de veículos leves, maquinários e caminhões, por isso o empreendimento realizará manutenções preventivas em seus equipamentos e veículos como medida mitigadora.

Os efluentes sanitários gerados no empreendimento são direcionados à fossa-séptica, e ainda informou-se que não haverá efluente industrial.



**Continuação do Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 12996487/2020**

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento Fazenda Fuldás, Matrícula 2.242, para a atividade de “Lavra em Aluvião, Exceto Areia e Cascalho”, no município de Carmo do Paranaíba/MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

**Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo portanto o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.**



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Fazenda Fuldas, Matrícula 2.242

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

### IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM TM/AP, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);
- Os relatórios e análises de laboratórios deverão estar em conformidade com a Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Fazenda Fuldás, Matrícula 2.242

#### Resíduos sólidos e oleosos

##### **1. Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG**

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

##### **2. Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG**

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

(\*)1- Reutilização

6 - Co-processamento

2 – Reciclagem

7 - Aplicação no solo

3 - Aterro sanitário

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

4 - Aterro industrial

9 - Outras (especificar)



## 5 - Incineração

### 2.1 Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.